EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020 - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1.735, 1.975 e 1.976/2019

**DATA DE ABERTURA: 21/01/2020** 

**HORÁRIO: 14 HORAS** 

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM

Edital de Pregão para Registro de Preços para eventual e futura aquisição de óleos lubrificantes e material para manutenção dos veículos, equipamentos e maquinários da frota municipal.

O Prefeito Municipal de Tavares, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **14 horas, do dia 21 de janeiro de 2020**, na sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Rua Abílio Vieira Paiva, nº 228, Centro, reunirão a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados pela portaria nº 5.146 de 02 de dezembro de 2019, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para os itens descritos abaixo, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17.07.2002, e do Decreto Municipal nº 4.803/2017, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93.

#### 1- DO OBJETO

**1.1**. Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de óleos lubrificantes e material para manutenção dos veículos, equipamentos e maquinários da frota municipal, conforme Termo de Referência no Anexo I deste Edital.

1.2. Lubrificantes não podem ser recondicionados, e não devem possuir restrição na ANP. Todos devem possuir certificado ISO.

## 2- PARTICIPAÇÃO

- **2.1**. Poderão participar da licitação todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste edital e em seus anexos e, ainda, cujo contrato social esteja em vigor, registrado no órgão competente, com o ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.
- 2.2 Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, de interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, estando também abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Tavares, ou declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- **2.3.** Não será permitida a participação de empresas cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante.

## 3- DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- **3.1** A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.
- **3.1.1** A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.
- **3.2** A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

### 3.3 O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

- a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:
- **a.1)** cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;
  - a.2) registro comercial, no caso de empresa individual;
- **a.3)** decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

## b) se representada por procurador, deverá apresentar:

- **b.1)** instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública;
- **3.4**. Em ambos os casos apresentar, ainda, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (Anexo IV).
- **3.5.** Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

## 4- DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

**4.1**. Para participação no certame, o licitante, além de atender ao disposto no item 2 e 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de n° 1 e n° 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE TAVARES EDITAL DE PREGÃO Nº 001/2020 ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA PROPONENTE (NOME COMPLETO)

-----

AO MUNICÍPIO DE TAVARES EDITAL DE PREGÃO Nº 001/2020 ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO PROPONENTE (NOME COMPLETO)

#### 5- DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

- **5.1.** No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 PROPOSTA e nº 02 DOCUMENTAÇÃO.
- **5.2.** Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

## 6- DA ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS

- **6.1** A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 dias, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:
  - a) razão social da empresa;
  - b) descrição completa do produto/serviço ofertado;

- c) preço unitário líquido e valor total, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação, que correrão por conta da licitante vencedora, pois o produto deverá ser entregue no município de Tavares;
- d) marca dos produtos.

**Observação:** Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

#### 7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES

- 7.1. O julgamento das propostas será por ITEM.
- **7.2.** Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.
- **7.3.** Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.
- **7.4.** No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.
- **7.5.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- **7.6.** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 7.3 e 7.4.
- **7.7.** Dada a palavra ao licitante, este disporá de 30 s (trinta segundos) para apresentar nova proposta.
- 7.8. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- 7.9 A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a R\$ 1,00 (UM REAL).
- **7.10.** Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.
- **7.11** O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, consequentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.
- **7.12** Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.
- **7.13** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes não manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- **7.14.** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.
- **7.15** A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário por item, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.
- **7.16.** Serão desclassificadas as propostas que:
  - a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;



- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 6;
- b) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

**Observação:** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**7.17.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

## 8- DA HABILITAÇÃO

**8.1.** A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Declaração em Conformidade com o Decreto 4.358 de 05 de setembro de 2002. (Regulamenta a Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que acrescentou os incisos V ao art. 27 e XVIII ao art. 78 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição). (Anexo VI).

Declaração de idoneidade. (Anexo V).

Registro comercial, no caso de empresa individual; e/ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; (sendo apresentado no credenciamento, não será exigido neste envelope)

Documento de inscrição no CNPJ.

Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da empresa.

Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da empresa.

Certidão Negativa de Débito com FGTS.

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União.

Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data fixada para a abertura de propostas:

- **8.2.** Os documentos emitidos através da internet serão conferidos em terminal que tenha acesso à mesma, antes de efetivar o cadastro de fornecedor e/ou adjudicação do pregão. Os demais documentos deverão ser apresentados em original ou com autenticação em cartório, ou ainda autenticados por servidor do setor de licitações.
- **8.3.** A microempresa e a empresa de pequeno porte que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 8.1, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.
- **8.3.1.** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- **8.4.** Ocorrendo a situação prevista no item 8.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.
- **8.5.** O benefício de que trata o item 8.3 não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.
- **8.6.** A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 8.3, implicará na inabilitação do licitante.

**8.7.** O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

#### 9 - DO RECURSO ADMINISTRATIVO

- **9.1.** Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.
- **9.2.** Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.
- **9.3** A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.
- **9.4** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

## 10. DA ADJUDICAÇÃO

- **10.1.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- **10.2**. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.
- **10.3.** Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

### 11 - HOMOLOGAÇÃO

**11.1.** Compete ao prefeito homologar o PREGÃO, após parecer da Procuradoria Jurídica do Município.

## 12 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **12.1** O Registro de Preços será formalizado mediante Ata de Registro de Preços, que será formalizada no prazo de até 08 (oito dias úteis) após a homologação do presente certame.
- **12.2** A ata terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições e prazos estipulados no Edital.
- **12.3** O Município publicará a Ata de Registro de Preços no site oficial do Município www.tavares.rs.gov.br e no Mural da Prefeitura.
- **12.4** A Ata de Registro de Preços terá validade de no máximo de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.
- **12.5** A existência de preços registrados não assegura ao licitante o direito ao fornecimento do objeto, podendo a Administração, se assim entender, promover nova licitação específica para aquisição dos mesmos, sendo assegurada, entretanto, ao fornecedor com preço registrado o fornecimento em igualdade de condições.

## 13 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E ENTREGA

- **13.1.** A licitante vencedora deverá realizar a entrega dos itens de acordo com o pedido e em estrita conformidade com disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com descrição do Termo de Referência (Anexo I), proposta de preços apresentada, e ainda, nos termos da minuta da Ata de Registro de Preços que integra o presente Edital.
- **13.2.** Demais detalhes em relação a dia e hora das entregas deverão ser previamente combinados com responsável pelo setor.
- **13.3**. Verificada a desconformidade de algum dos itens cotados, a CONTRATADA deverá promover a substituição do mesmo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.
- **13.4.** A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o fornecimento.
- 13.5. A licitante vencedora da presente licitação deverá entregar os itens ora licitados, com frete incluso (por conta do remetente) em local a ser designado pelas secretarias requerentes mediante a conferência e o recebimento do produto por servidor municipal designado para tal encargo.
- **13.6.** Os itens ora licitados, a serem entregues deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a permitir a completa preservação dos mesmos, durante o transporte até o efetivo recebimento.
- **13.7.** A empresa licitante fica responsável por toda a mão-de-obra necessária para a carga e descarga dos itens ora licitados, até o local indicado pelo município.
- **13.8**. A empresa licitante vencedora deverá entregar os itens para o município num período máximo de 05 (cinco) dias úteis após a requisição, emitida pelo Município em horário de expediente.
- **13.9.** Os itens serão recebidos e analisados pela Comissão de Recebimento, designada para tais fins pela Portaria nº 5.126, de 12 de novembro de 2019.
- **13.10.1**. Os itens serão avaliados em suas condições gerais, estando diferente das especificações do edital, fará com que os mesmos não sejam aceitos.
- **13.10.2.** Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens licitados com a especificação;
- **13.10.3.** Definitivamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento provisório, para a verificação da qualidade e quantidade dos itens e consequente aceitação.

## 14. DO PAGAMENTO

- **14.1** O pagamento será efetuado contra empenho, após o fornecimento do item, por intermédio da respectiva secretaria solicitante e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa na rubrica indicada.
- **14.2** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
- **14.3** O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 dias após o fornecimento do item.
- **14.4**. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

## 15 - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- **15.1** Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666-93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.
- **15.2** Conforme art. 40, XIV, alínea "c", da Lei 8.666/93, o critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela, até a data do efetivo pagamento, será aplicação dos juros legais, e variação do IGPM.

#### **16 - DAS PENALIDADES**

- **16.1.** Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;
- c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 5 (cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
- f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
- h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.
- **16.2**. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.
- **16.3.** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## 17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **17.1.** Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Tavares, Setor de Compras, Licitações e Contratos sito a Rua Abílio Vieira Paiva, nº 228, ou pelos telefones (51) 3674-1513, no horário de expediente, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.
- **17.2**. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, Setor de Licitações e Compras.
- **17.3.** Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.
- **17.4.** Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.
- **17.5** Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.
- **17.6.** As cópias extraídas da internet dos documentos referidos no item 7.1.3, alíneas *b*, *c* e *d*, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferido pela Administração.
- **17.7** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da

Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

- **17.8.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- **17.9.** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulála por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).
- **17.10.** Fica eleito o Foro da Comarca de Mostardas para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.
- **17.11.** Fazem parte do Edital os seguintes anexos:
- ANEXO I Termo de Referência:
- ANEXO II Minuta de Ata de Registro de Preços;
- ANEXO III Ordem de Compra/ Autorização de Fornecimento;
- ANEXO IV- Modelo de declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;
- ANEXO V Modelo de declaração de idoneidade;
- ANEXO VI Modelo de declaração em atendimento ao inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal.

Tavares, 08 de janeiro de 2020.

## Gardel Machado de Araújo Prefeito Municipal

Este Edital foi devidamente examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.  Em
Guilherme Oliveira Costa OAB/RS 87.415
Procurador Jurídico do Município



### ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES Setor de Compras, Licitações e Contratos

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO PRESENCIAL 001/2020

## 1- OBJETIVO

O presente pregão tem por objetivo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, visando a eventual e futura aquisição de óleos lubrificantes e material para manutenção dos veículos, equipamentos e maquinários da frota municipal.

## **LOTE 1 – ÓLEOS LUBRIFICANTES**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID. MEDIDA	SEC. EDUC.	SEC. AGRIC.	SEC. OBRAS	QTDE TOTAL	VALOR UNIT REF	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	<b>Óleo 15w 40.</b> Lubrificante multiviscoso de alta performance para motores a diesel, turbo, com viscosidade sae 15w40, que atenda aos níveis de desempenho Api Ci-4 Plus. Galão com 20 litros.	Unid	40	40	40	120	275,33		
02	<b>Óleo 15w 40 mineral.</b> Lubrificante multiviscoso de alta performance para motores a gasolina, com viscosidade sae 15w40, que atenda aos níveis de desempenho Api. Embalagem de 5 litros.	Unid	30	-	-	30	16,63		
03	<b>Óleo 15w 40.</b> Lubrificante multiviscoso de alta performance para motores a gasolina, com viscosidade sae 15w40, que atenda aos níveis de desempenho Api. Embalagem de 1 litro.	Unid	-	80	80	160	15,20		
04	<b>Óleo 15w 40.</b> Lubrificante multiviscoso de alta performance para motores de moto, com viscosidade sae 15w40, que atenda aos níveis de desempenho Api. Embalagem de 1 litro.	1	-	20	20	40	14,25		
05	<b>Óleo SAE 90.</b> Lubrificante para transmissões engrenagens hipóides com viscosidade sae 90, que atenda aos níveis de desempenho Api GI-5. Galão com 20 litros.	Unid	20	20	20	60	232,33		
06	<b>Óleo SAE 80.</b> Lubrificante para transmissões engrenagens hipóides com viscosidade sae 80, que atenda aos níveis de desempenho Api GI-5. Embalagem de 1 litro.	Unid	20	20	20	60	16,71		



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES Setor de Compras, Licitações e Contratos

07	<b>Óleo SAE 85w 140.</b> Lubrificante para transmissões engrenagens hipóides com viscosidade sae 140, que atenda aos níveis de desempenho Api GI-5. Galão com 20 litros.	Unid	10	15	15	40	279,66	
08	<b>Óleo 68.</b> Lubrificante agm 68 para sistema hidráulico de tratores, máquinas e implementos agrícolas, com excelente resistência a corrosão e a oxidação, bem como alta propriedade antiespumante e boa estabilidade térmica. Galão com 20 litros	Unid	-	100	100	200	164,00	
09	<b>Óleo 4.3.3 ou 100.</b> Lubrificante para sistema hidráulico de tratores, máquinas e implementos agrícolas, com excelente resistência a corrosão e a oxidação, bem como alta propriedade antiespumante e boa estabilidade térmica. Galão com 20 litros	Unid	-	24	24	48	270,00	
10	Óleo de motor 2 tempos SAE 30. Lubrificante automotivo; para roçadeira, motosserras, moto bombas e cortadores de disco; a gasolina; de 2 tempos; Sae viscosidade a 100 graus Celsius mínimo: 12.3 Cst, Densidade 20/4 graus Celsius 0,884kg/dm3 Tol.+/-1%; Óleo lubrificante com registro e empresa autorizada pela Anp para exercício da atividade. Frasco de 500 ml.	Unid	-	-	30	30	14,30	
11	Óleo para direção hidráulica ATF tipo A. Galão com 20 litros	Unid	05	18	18	41	246,33	
12	Óleo lubrificante para motores de compressor. Embalagem de 1 litro.	Unid	-	10	10	20	17,47	
13	Óleo especialmente formulado para lubrificação de correntes de motosserras. Possui grande adesividade, evitando a expulsão do lubrificante, apesar das altas rotações de trabalho a que são submetidas. Possui ainda aditivos anticorrosivos, antioxidantes, antidesgaste e agentes de oleosidade. Embalagem de 5 litros.	Unid	-	-	12	12	222,38	
14	Fluído para freios DOT 3. Fluído sintético de alto ponto de ebulição, atendendo à classificação Dot 3, para uso em sistemas de freios a disco ou tambor de veículos automotivos e tratores. Embalagem de 500 ml.	Unid	30	30	30	90	16,30	



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES Setor de Compras, Licitações e Contratos

15	Fluído para freios DOT 4. Fluído sintético de alto ponto de ebulição, atendendo à classificação Dot 4, para uso em sistemas de freios a disco ou tambor de veículos automotivos e tratores. Embalagem de 500 ml.	Unid	10	20	20	50	13,50	
16	Desengripante aerossol. Frasco de 300ml	Unid	30	30	50	110	5,79	
17	Limpa contato aerossol. Frasco de 300ml	Unid	10	30	30	70	10,30	
18	Arla 32- (Agente Redutor Líquido Automotivo). Galão com 20 litros	Unid	24	30	-	54	56,23	
19	Aditivo para radiador concentrado. Embalagem de 1 litro.	Unid	30	150	100	280	7,23	
20	Graxa para rolamento azul mp-2. Graxa à base de lítio, do tipo múltiplas aplicações, grau NLGI 2.Protege superfícies e peças metálicas contra oxidação e corrosão, promovendo eficiente lubrificação nas partes aplicadas. Possui excelente estabilidade mecânica e resistência a água. Indicada para diversas aplicações como: rolamentos, cubos de rodas, cabos, correntes, pinos de rodas, partes móveis de máquinas / equipamentos e qualquer outra peça móvel que exija lubrificação de graxa do tipo "Múltiplas Aplicações". Galão com 20kg.	Unid	10	40	40	90	359,66	
21	Graxa chassi, tipo II. Graxa à base de sabão de cálcio com 2% de grafite, onde o grafite representa papel preponderante na lubrificação. É indicada para pontos de lubrificação de difícil acesso e que suporta maiores cargas. Recomendada para lubrificação de máquinas pesadas, coroa e pinhão ou rodas dentadas. Galão com 20kg.	Unid	10	60	60	130	213,33	
22	Graxa chassi, tipo II. Graxa à base de sabão de cálcio com 2% de grafite, onde o grafite representa papel preponderante na lubrificação. É indicada para pontos de lubrificação de difícil acesso e que suporta maiores cargas. Recomendada para lubrificação de máquinas pesadas, coroa e pinhão ou rodas dentadas. Galão com 170kg.	Unid	-	10	10	20	2.306,33	



## LOTE 2 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULO

TEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID. MEDIDA	SEC. EDUC.	SEC. AGRIC.	SEC. OBRAS	QTDE TOTAL	VALOR UNIT REF	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Metacil. Embalagem com 20 litros	Unid	12	20	20	52	97,66			
02	Desengraxante. Embalagem com 20 litros	Unid	20	20	20	60	86,00			
03	Shampoo automotivo. Embalagem com 20 litros	Unid	20	20	20	60	96,00			
04	Vassoura para lavagem de carro com cabo	Unid	20	20	20	60	42,66			
05	Filtro diesel R120LJ-10M-AQ	Unid	20	-	-	20	111,33			
06	Filtro de óleo motor W 1160	Unid	20	-	-	20	59,66			
07	Filtro diesel E 422KP D 98	Unid	20	-	-	20	76,00			
80	Filtro de ar 5662 PV	Unid	10	-	-	10	67,00			
09	Pré filtro pequeno CF1552	Unid	10	-	-	10	65,66			
10	Filtro de combustível PV 1046/X	Unid	10	-	-	10	60,00			
11	Filtro de óleo AHV 931/5X	Unid	10	-	-	10	26,00			
12	Filtro de ar C 20 457	Unid	10	-	-	10	91,00			
13	Filtro separador WK 106014	Unid	10	-	-	10	84,66			
14	Filtro óleo OC 320	Unid	04	-	-	04	62,33			
15	Filtro ar A 5R 203	Unid	04	-	-	04	51,66			
16	Filtro ar ARS 3030	Unid	04	-	-	04	79,33			

A CONTRATADA compromete-se a prestar os serviços e/ou entregar os itens licitados, sem qualquer custo adicional, impostos, taxa de frete ou outros tributos ao CONTRATANTE.

Assinatura do responsável



#### **ANEXO II**

# PREGÃO PRESENCIAL № 001/2020 - REGISTRO DE PREÇOS MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Tavares, neste ato representado	ວ por seu Prefeito, Sr. Gardel Ma	achado de Araújo,
doravante denominado CONTRATANTE,	e a empresa	,
estabelecida no Rua	, nº	CNPJ Nº.
, pelo seu repre	sentante infra-assinado, dorava	ante denominada
FORNECEDORA, nos termos do art. 15 da 1	Lei Federal nº. 8.666/93 e sua	as alterações, Lei
Federal 10.520/2002 e Decreto Municipal nº.	4803/2017 que institui a modal	lidade registro de
preços e das demais normas legais aplicáv	reis e, considerando o resulta	do do <b>PREGÃO</b>
PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS	5 Nº 001/2020, firmam a present	te Ata de Registro
de Preços, obedecidas as disposições da Lei F	ederal nº. 8.666/93, suas alteraç	ões posteriores e
as condições seguintes:		

## **CLAUSULA I – DO OBJETO**

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços:

Item Lote Quant. Descrição dos Produtos Marca Valor Unit. Valor Total

## CLAUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01(um) ano, contados a partir da data de assinatura.
- 2.2. Nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Tavares não será obrigado a contratar o Objeto referido na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
- 2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 001/2020, que precedeu a integra do presente instrumento de compromisso, independentemente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

#### CLÁUSULA III – DO PAGAMENTO

- 3.1 O pagamento será efetuado contra empenho, após a entrega dos materiais, por intermédio das Secretarias do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.
- 3.2 A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
- 3.3 O pagamento será efetuado no prazo de máximo de 30 dias da entrega do produto.
- 3.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

## CLÁUSULA IV - DAS OBRIGAÇÕES

#### 4.1 Do Município:

4.1.1. Atestar nas Notas Fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;

- 4.1.2 Aplicar à Detentora da Ata penalidades ou sanções, quando for o caso;
- 4.1.3 Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do empenho;
- 4.1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- 4.1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

#### 4.2 Da Detentora da Ata:

- 4.2.1 Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.
- 4.2.2 A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto da presente ata, com perfeição e acuidade.
- 4.2.3. Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.
- 4.2.4 A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.
- 4.2.5. Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
- 4.2.6. No valor registrado estão incluídas todas as despesas, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços.

#### CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO (Conforme Edital)

5.1. Os serviços deverão ser prestados conforme citado na cláusula 13 do Edital, bem como o fornecimento dos itens.

## CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES (Conforme Edital)

Art. 7º da Lei Federal 10.520/2002- Quem convocado, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4 desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

- 6.1. Pelo inadimplemento das obrigações, as licitantes, conforme a infração estará sujeita as seguintes penalidades:
- 6.1.1 deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;

- 6.1.2 deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar); suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;
- 6.1.3 executar o objeto com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- 6.1.4 multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do empenho (ou do saldo não atendido) por dia de atraso na entrega do(s) bem(ns), respeitados os limites da lei civil e sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela Administração e da aplicação das sanções previstas neste edital e na legislação inicialmente citada;
- 6.2 as multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações da contratante, pela contratada, serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da contratante, ou cobrados judicialmente;
- 6.3 o descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, cujo efeito não era possível evitar, ou impedir.

## CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1 Em atendimento ao §1º do art. 28 da Lei Federal 9.069 de 29.6.1995, ao art. 3º §1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2.10.1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 001/2020, que integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal nº 4803/2017. 7.2 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico financeiro da avença.

### CLÁUSULA VIII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:
- 8.1.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 8.1.2 A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar sua justificativa;
- 8.1.3 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;
- 8.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;
- 8.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;
- 8.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;
- 8.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.
- 8.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando

comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94.

8.3.1 A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

## CLÁUSULA IX - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta licitação ocorrerá à conta dos recursos consignados no orçamento da PMT, por programa, projeto, fonte de recursos e elemento de despesa para este exercício e o exercício seguinte específicos de cada Secretaria requerente.

## CLÁUSULA X – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

- 10.1 A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo Ordenador da Despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.
- 10.1.1 A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

## CLÁUSULA XI – DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

#### CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1 Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 001/2020 e a proposta da empresa\_\_\_\_\_ classificada em 1º lugar no certame supranumerado.
- 12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, pelo Decreto Municipal nº 4803/2017 no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

## CLÁUSULA XII - DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Mostardas, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Empresa Detentora da Ata

Prefeito Municipal

#### **ANEXO III**

## ORDEM DE COMPRA / AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

(Contrato Simplificado de Fornecimento por Registro de Preços)

Nº - - -/2020

O Município de Tavares, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF sob nº. 88.427.018/0001-15, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **Gardel Machado de Araújo**, pelo presente instrumento contrata com o fornecedor **(empresa)**, (cnpj), (endereço), (representante) para o fornecimento dos serviços especificados neste documento, nas condições do edital (e seus anexos) do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020**, realizada conforme a legislação municipal e normas gerais das Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, aplicáveis, indicado abaixo, comprometendo-se as partes pelas obrigações de fornecimento e pagamento consignadas neste documento, que serve de instrumento contratual para os fins de lei, como segue:

para os fins de lei, como segue: Processo Licitatório nº: 1.735, 1.975 e 1.976/2019 PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020; Preço válido até: \_\_\_/ \_\_\_; Data-base: \_\_\_/ \_\_\_/ \_\_\_. a) OBJETO: (O quantitativo máximo indicado no edital não poderá ser excedido nesta OC/AF ou no somatório das que forem emitidas para o mesmo item). b) LOCAL DA ENTREGA DOS ITENS: PREÇO / CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: \_\_\_\_\_ c) (Os pagamentos serão efetuados conforme o edital). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: \_\_\_\_ d) Fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, o edital de licitação e seus anexos, acima indicado, bem como a ata de julgamento correspondente, que explicitam as demais condições deste fornecimento, processado na forma do inciso II do Art. 15 da Lei nº 8.666/93, com as quais o Fornecedor/Contratado, abaixo assinado, se obriga, sob as penas da lei. E por assim estarem de acordo, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, elegendo o Foro de Mostardas/RS, com renúncia de qualquer outro, para dirimir as eventuais questões dele decorrentes. Tavares/RS, \_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_

Fornecedor / Contratado

Município de Tavares

## **ANEXO IV**

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Pelo presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, a empresa
de de 2020.
Assinatura do representante legal
ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
A empresa, inscrita no CGC/CNPJ sob nº
, em de de 2020.
Representante Legal
ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR
portador(a) da Carteira de Identidade - RG nº
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )
Em,de 2020.
(assinatura do representante legal)
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)